



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

e

Ministério da Justiça

Programa Estado de Direito e Justiça

Relatório Trimestral

Janeiro a Março

Preparado por

PNUD

Abril de 2015

I – Contexto político, económico e social

O primeiro trimestre do ano de 2015 é caracterizado em termos políticos como sendo um momento de preparação dos documentos estratégicos de desenvolvimento por parte do Governo que resultou de eleições parlamentares de 2014. Com efeito, o Sistema das Nações Unidas tem em preparação o seu Plano Quadro das Nações de Parceria para o Desenvolvimento (UNPAF, sigla em inglês). Do lado do Governo para com os parceiros multilaterais, está em curso o Plano Estratégico e Operacional “Terra Ranka”, que significa Um Novo Começo, em dialecto nacional. Este documento estratégico deverá ser presente aos doadores em, Bruxelas, para mobilização de fundos que possam permitir o investimento público nos próximos anos. Em termos económicos o primeiro trimestre é caracterizado por preparação da campanha de comercialização da castanha de cajú, o principal produto de exportação do País. Em termos sociais não se registam acontecimentos de grande relevância para a implementação do projecto.

II – Realizações registadas nos domínios de intervenção

O acesso à justiça

Centros de Acesso à Justiça

- O serviço de apoio jurídico às populações da Guiné-Bissau continua a ser prestado pelos Centros de Acesso à Justiça (CAJ) na capital Bissau e nas regiões de Cacheu, Oio e Bafata. O serviço de apoio jurídico gratuito consiste em informar as populações em geral dos seus direitos e obrigações e o mecanismo do seu exercício. Durante o I trimestre de 2015, um total de 507 pessoas (21% de mulheres) beneficiaram de apoio jurídico gratuito dos CAJ na capital e nas regiões. Em comparação com o I trimestre de 2014, foi registado um aumento do nível de atendimento das populações na ordem dos 17%, isto é, mais 70 pessoas foram atendidas.
- Do lado de criação de mecanismos que assegurem o acesso aos serviços jurídicos das populações, nomeadamente as infraestruturas, o Programa Estado de Direito e Justiça do PNUD vai apoiar a construção de raiz de dois tribunais de sector, um em Canchungo e outro em Mansoa, nas regiões de Cacheu e Oio respectivamente. Para o efeito o design do projecto e os cadernos de encargo foram concebidos por Arquitectos designados pela Câmara Municipal de Bissau e pelo Ministério das Obras Públicas, Construções e Urbanismo. O concurso para a execução destas duas importantes obras deve ser lançado na segunda quinzena de Outubro, devendo a selecção da empresa construtora ser feita na primeira semana de Novembro. A construção destas duas obras vai permitir superar a carência que existe no sector ao nível das infraestruturas.

As capacidades e as competências dos actores da justiça são melhoradas

- Programa Estado de Direito e Justiça do PNUD prossegue o seu apoio técnico e financeiro na formação e capacitação dos operadores judiciais. Assim, os magistrados estagiários do II curso de ingresso nas magistraturas que frequentam a fase prática nos tribunais devem finalizar o primeiro semestre do estágio no próximo mês de Novembro. Por outro lado, durante o III Trimestre de 2014, o Centro Nacional de Formação Judiciária (CENFOJ) ministrou cursos de actualização para os juízes, magistrados do Ministério Público e funcionários judiciais. Num total de 16 magistrados e 16 funcionários judiciais, foram ministrados temas relacionados com o Direito Penal e Processo Penal, Ética e Deontologia Profissional, Noções Básicas de Investigação Criminal e de Introdução ao Estudo de Direito

para os funcionários judiciais. Esta é a primeira vez que os funcionários judiciais da Guiné-Bissau, em particular aqueles colocados nas regiões, receberam uma formação de base para o exercício das suas funções, apesar de que muitos deles já exercem há muitos anos.

III – Aspectos transversais

- A temática dos direitos humanos é transversal a todos os programas. Nesta medida, os direitos das mulheres e das crianças são temas transversais no apoio gratuito dos CAJ às populações. Com efeito, durante este trimestre foram realizadas palestras sobre direitos humanos na região de Bafata com a RENLUV sobre abordagem baseada nos direitos e fluxograma de atendimentos de vítimas de violência baseada no género. Com a Associação dos Amigos das Crianças (AMIC) foram abordados temas dos direitos das crianças. Com a Associação das mulheres, o registo civil e registo de propriedade.

V – Desenvolvimento das parcerias e mobilização de recursos

- O programa estabelece parceria interna com outro projecto dos direitos humanos do PNUD. No âmbito dessa parceria, foi realizada neste I trimestre uma missão conjunta de monitoramento dos direitos humanos nas prisões de Mansoa e Bafata, que integrou a Direcção dos Serviços Prisionais do Ministério da Justiça e a Secção dos Direitos Humanos do UNIOGBIS. Também participaram nas visitas às prisões os Técnicos de Assistência Jurídica (TAJ) colocados nos CAJ, visando com esta iniciativa uma maior coordenação entre os diferentes intervenientes na área dos direitos humanos.

VI – Gestão de riscos

- A não apropriação nacional representa o maior risco para o projecto. Embora o risco seja menor de momento, dado que as novas autoridades dão sinais de apropriação, o risco persiste. Para a gestão do risco, o projecto tem mantido reuniões constantes com o parceiro, através do Gabinete de Informação e Consulta Jurídica (GICJU), das quais resultaram estratégias definidas de uma apropriação futura do projecto e uma saída progressiva do PNUD. Portanto, os encontros de trabalho no sentido de delineamento da estratégia de apropriação do pessoal, através da uniformização de todo o pessoal afecto aos CAJ, é um exemplo de atenuação de risco.

VII – Obstáculos e oportunidades

- Falta de colaboração das autoridades administrativas.
- Para superar a falta de colaboração das autoridades administrativas o Gabinete de Informação e Consulta Jurídica, do Ministério da Justiça, em parceria com o Programa Estado de Direito e Justiça, pretende promover um seminário de concertação entre os diferentes intervenientes no acesso à justiça, como forma de fomentar e promover maior relacionamento entre os diferentes actores na área.
- Falta de juízes ou de magistrados do Ministério Público nos tribunais de sector, nomeadamente em Farim, Nhacra, Canchungo e S. Domingos.
- A nomeação e colocação dos magistrados estagiários recém formados no CENFOJ nas localidades em que há carência de pessoal, é uma oportunidade para colmatar essas lacunas.

VIII - Desafios, respostas e lições aprendidas

- O aumento do número de mulheres nos Centros de Acesso à Justiça é um desafio para o programa, na medida em que o nível de frequência dos CAJ por parte das mulheres nunca ultrapassa os 22%. Esta é uma dificuldade que importa ultrapassar de modo a eliminar o desequilíbrio entre os dois sexos. Para equilibrar esses números, o programa aposta na estratégia de incremento de parcerias com Associações de Mulheres, com ONGs que trabalham na área dos direitos das mulheres, com rádios comunitárias sobre programas radiofónicos temáticos, para incrementar o número de mulheres nos Centros.
- A troca de sinergias com OSC que trabalham na área dos direitos humanos é uma lição aprendida para o programa. Essas parcerias permitem atingir áreas que doutra forma seria impossível.
- A uniformização do pessoal dos CAJ é uma lição aprendida, enquanto medida que se enquadra na estratégia de saída para o projecto. Efectivamente o Ministério da Justiça prevê uniformizar o estatuto do pessoal colocado nos CAJ. Quer dizer, o Ministério da Justiça deverá unificar todo o pessoal dos CAJ até o I semestre de 2015, num claro sinal de apropriação futura do projecto e uma progressiva retirada do PNUD do projecto. Essa medida é um exemplo, uma boa prática de gestão do pessoal.

IX - Recomendações

- Colocação/afecção dos magistrados recém formados no CENFOJ nas regiões onde se regista maior carência de magistrados.
- Reforçar a sensibilização das mulheres e crianças, seja nos programas radiofónicos, seja nas acções de sensibilização nos PAS.
- Fomentar as relações com autoridades tradicionais, régulos e anciãos.
- Fomentar e aprofundar parcerias com OSC locais e ONGs.

Assinaturas

Pelo parceiro de implementação Nome e Apelido : <i>Juliano Augusto Fernandes</i> Função : <i>Coordenador do Gicju</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>
Pelo gestor do projecto Nome e Apelido : <i>Kamil Lopez</i> Função : <i>National Legal Expert</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>
Pelo Governo Nome e Apelido : <i>Dejal Mendes</i> Função : <i>DG / Administração da justiça</i> Assinatura : <i>[assinatura]</i>